DOI: http://dx.doi.org/10.20336/rbs.462

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Evocações e Disputas Sobre o "Clima da Abertura" Durante o Período de Transição no Brasil (1974-1985)

Paulo Gajanigo*

RESUMO

"O período de abertura" não foi um rótulo posterior para os anos entre 1974 e 1985. Foi, na verdade, uma autoimagem social do período. A percepção de que se vivia um período de abertura circulou amplamente, sendo este rótulo um elemento ativo no processo. Este artigo busca ajudar na compreensão desse processo, focando-se nas disputas envoltas do termo "clima de abertura". Analisamos as profusas evocações do "clima de abertura", delineando como essas evocações foram parte das disputas do processo de abertura entre governo e oposição, mas também na sociedade civil. Para isso, articulamos a compreensão desse processo com uma pesquisa preliminar das citações do "clima de abertura" em três importantes jornais brasileiros.
Palavras-chaves: Abertura Política (1974-1985); Clima; Ditadura.

* Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da UFF, docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UENF e do Programa de Cultura e Territorialedades da UFF.

ABSTRACT

EVOCATIONS AND DISPUTES ABOUT THE "CLIMATE OF OPENNESS" DURING THE TRANSITIONAL PERIOD IN BRAZIL (1974-1985)

"The opening period" was not a posterior label given to the years between 1974 and 1984. The label was rather a social self-image of the period. The perception that this was an opening period circulates widely, rather than a posterior construction, this label was an active element of the process. This paper aims at contributing to this analysis, particularly focusing on what was known at the time as the "climate of openness". We analyze the profuse evocations to the concept, delineating how these evocations were part of the disputes during the opening processbetween government and political opposition, but also in civil society. To do so, we articulate the understanding of this process with a preliminary research on quotes about the "climate of openness" in three of Brazil's most important newspapers.
Keywords: Political Opening (1974-1985); Climate; Dictatorship.

Introdução

Em 1984, o programa de TV "Bar Academia" apresentou entrevista com Gonzaguinha. Num bate-bola editado, o apresentador Walmor Chagas pergunta: "Abertura?". E segue a resposta do cantor e compositor: "À medida que as pessoas vão me gravando é à medida em que vou abrindo a minha pessoa para que as pessoas possam me gravar". Não fica claro, pela edição do programa, se de fato Gonzaguinha estava respondendo a essa pergunta, ou se a edição teria pinçado a frase e selecionado para o tema sobre abertura. Para meu interesse, trata-se de um aspecto secundário. Em 1984, o debate público acerca de abertura já completava 10 anos, chegando ao episódio decisivo a respeito da emenda Dante de Oliveira, que propunha eleições diretas para presidente. Esse trecho chamou a minha atenção pela forma sentimental com que a ideia de abertura se apresentou.

O que este trecho insinua é que abertura não foi um tema restrito ao debate diretamente político, mas circulou em diversos campos e deu sentido a práticas variadas. Sugere também que o rótulo de "período da abertura" não foi apenas uma forma posterior em que se caracterizaram os anos entre 1974 e 1985; foi uma autoimagem social do período. A ideia de que se vivia uma abertura circulou amplamente, de modo que sua recorrência precisa ser considerada ao se estudar a dinâmica da abertura. Tal rótulo não seria fruto

de uma elaboração posterior de categorização do período, mas um elemento atuante do próprio processo. O artigo que apresento aqui é uma contribuição para essa tarefa, particularmente, com foco no que ficou conhecido, no período da transição,como "clima de abertura". Por meio da problematização das profusas evocações durante esse período ao "clima de abertura", busca-se delinear como essas evocações atuaram na disputa sobre o processo de abertura. Para tanto, articulamos a compreensão desse processo com uma pesquisa preliminar das citações da expressão "clima de abertura" em três jornais de grande circulação no país[1].

A política da abertura

Num amplo sentido, o debate sobre abertura política começou bem antes do período em que podemos identificar medidas de transição, a partir de 1974. Se considerarmos que boa parte da justificativa do golpe militar de 1964 estava em interromper um processo de agitação social para normalizar a vida política do país, podem ser encontradas indicações, sugestões e imaginações, ainda que bem vagas, sobre essa normalização em anos não tão distantes, temporalmente, do golpe.

No discurso de posse, Costa e Silva (presidente de 1966 a 1969) se comprometeu em "conciliar as invencíveis exigências do convívio democrático e as severas necessidades da Revolução" e "de manter o país entregue ao seu destino democrático e, ao mesmo tempo, resguardar e defender, denodadamente, todo o acervo das conquistas revolucionárias, evitando que tenhamos de enfrentar os mesmos riscos de 1964" (COSTA, 1967). Ao lado da proclamada Revolução, contrapunha-se a democracia como ponto a se chegar, sem que se deixasse imaginar como seria alcançado. Ressalta-se, fundamentalmente, a necessidade de mais medidas para evitar um retorno a 1964. O medo que foi lastro para o golpe é usado ainda para se caminhar nas ações de exceção, seja na economia, na política ou na segurança.

Médici, em sua posse três anos depois, apresentara um quadro levemente diferente: "O Estado Revolucionário durará o tempo indispensável à implantação das estruturas política, administrativa, jurídica, social e econômica

1 Agradeço ao trabalho dos estagiários de pesquisa, Kelly Velasco e Erick Givigi, e a bolsista de Iniciação Científica, Maria Clara Oliveira.

capazes de promover a integração de todos os brasileiros aos níveis mínimos de bem-estar" (MÉDICI, 1970). Médici busca justificar a provisoriedade dos mecanismos de exceção: "Reitero que usarei esses poderes e instrumentos extraordinários do Executivo exatamente para criar aquelas condições em que eles possam ser dispensáveis"(MÉDICI, 1970). A diferença discursiva entre os dois generais – Médici, mais do que Costa e Silva, assume o incômodo da demora da Revolução – aponta para uma mudança na opinião pública. Já se iniciava um debate, especialmente entre políticos e empresários, sobre uma necessária transição.

Um dos pontos de partida ocorreu em 1969, com a 1ª Mesa-Redonda de Ciência Política na América Latina, organizada pela Associação Internacional de Ciência Política (IPSA) e pela Associação Brasileira de Ciência Política (LEMOS, 2014). O evento, que teve como figura mais proeminente Samuel Huntington, contou com pesquisadores de vários países e esteve marcado pela discussão sobre a transição política, como fica evidente na palestra de Simon Schwartzman sobre "Desenvolvimento e Abertura Política"(1969).

Huntington, professor de Harvard e próximo de Henry Kissinger, fez visitas constantes ao Brasil desde 1965, participando de seminários com pesquisadores e realizando conversas com figuras importantes do regime. Sua influência sobre a formulação da transição é algo a ser detalhado ainda, mas, como apontam Renato Lemos (2014) e Rejane Hoeveler (2012), sabe-se que Huntington colaborou estreitamente com dois chefes da casa civil, Leitão de Abreu, do governo Médici, e Golbery, do governo Geisel, produzindo, inclusive, um documento em 1973 a pedido de Leitão de Abreu com sugestões para a transição brasileira.

Ainda que não se saiba o quanto esse documento possa ter inspirado à transição, há uma sintonia evidente entre o que é apontado e a forma como a transição foi se dando pelo governo. Para Huntington, "A descompressão eficaz e duradoura deve [...] ser um processo gradual sobre o que o governo mantenha um firme controle" (1973, p. 2). Para tanto, Huntington apresenta três frentes de ação do governo: a institucionalização das sucessões dos cargos públicos; a ampliação dos setores que participam do governo; liberação das restrições aos direitos políticos e civis e discussão pública aberta (1973, p. 1). A institucionalização serviria para que a transição não significasse uma volta à situação pré-64, a mesma preocupação apontada por Costa e Silva em sua posse. A ampliação na representação seria uma forma de antecipar-se

à oposição, não permitindo que esta acumulasse força para uma ruptura. No que tange à liberalização, a medida parece responder ao prognóstico de Huntington de que haveria uma tendência ao surgimento de mais conflitos dado o período de desenvolvimento econômico pelo qual passava o Brasil. A prioridade, o autor deixa claro, seria a da institucionalização.

Quando Geisel tomou posse, havia uma nova conjuntura. O discurso da ameaça comunista vinha perdendo força com o êxito da política de repressão. De outro lado, o milagre econômico não tinha mais fôlego. A transição passa então a ser tema central e a fonte principal para legitimação do governo (DINIZ, 1985, p. 335). Podemos identificar, portanto, que será no governo Geisel que a transição deixará de ser um tema discutido somente nos bastidores, para ocupar um espaço significativo no debate público amplo.

As primeiras ações de Geisel no sentido de apontar uma transição foram: diminuir a censura à imprensa; e ampliar o espaço na mídia dos candidatos às eleições de 1974. O foco inicial na imprensa ajudou o tema da abertura a ganhar destaque público imediato, com a adesão de boa parte da mídia à ideia de uma transição política (RIBEIRO e BOTELHO, 2005). Celina Duarte aponta que:

> [...] Antes de tomar posse, seus principais assessores reuniram-se por diversas vezes com jornalistas proeminentes, aos quais apresentavam o projeto político do novo governo e garantiam que a censura seria brevemente suspensa. Estabeleceu-se de imediato um clima de grande esperança. Nos meses imediatamente anteriores à posse de Geisel, no final de 1973 e começo de 1974, já se começava a tratar com desembaraço diversos temas antes intocáveis (como a situação econômica e a questão da democracia) e a recorrer a sátiras e ironias mais contundentes. (1983, p. 189-190)

Segundo Celina Duarte, a diminuição da censura tinha como objetivo fortalecer canais de negociação e diálogo do governo com a sociedade civil, estabelecer um debate público um pouco mais aberto e que permitisse a construção de referências e representações dos setores da sociedade civil. Serviria, também, segundo Duarte, para ajudar Geisel a enfrentar setores mais radicais nas Forças Armadas. O fortalecimento do debate público aumentaria o constrangimento desse setor e Geisel poderia assim usar a pressão midiática contra a tortura, censura, entre outros,. para reforçar o seu papel como mediador.

As primeiras medidas de abertura permitiram um avanço das posições divergentes do governo não só na mídia, mas também na arena política. A maior exposição midiática ajudou no sucesso eleitoral do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) nas eleições legislativas de 1974, que venceu na maioria dos Estados e ampliou sua representação no Congresso, frustrando a expectativa do governo de ter um Congresso controlado para conduzir a distensão de forma segura. De outro lado, o setor mais radical das Forças Armadas continuava a agir. A polarização se fortalecia. O assassinato de Herzog, em 25 de outubro de 1975, foi emblemático. Demonstrava que a repressão continuava de um lado, e de outro, que a resistência à ditadura ganhava nova força visível na manifestação silenciosa em seu enterro e na cobrança da opinião pública sobre seu assassinato. A reação do governo foi retroceder em algumas medidas, principalmente, eleitorais. Nas eleições municipais de 1976, alterou-se a legislação eleitoral restringindo os espaços de campanha. Nas eleições legislativas de 1978, reduziu-se também o espaço na mídia aos candidatos. A abertura lenta e gradual ia ganhando outra qualidade: reticente.

Em sintonia com a proposta de Huntington, a abertura política coordenada pelo governo foi um exercício complexo de "*timing*", numa busca rítmica que fosse clara o suficiente para que a oposição não obtivesse tanta força em articular as insatisfações dos vários setores (como a imprensa, o empresariado, os trabalhadores, etc.), mas que não fosse muito rápida a ponto de fazer parecer que o governo estaria a reboque da oposição e de perder apoio de setores mais radicais das Forças Armadas (CODATO, 2005, p. 94). Geisel, em entrevista dada nos anos 90, fala desse exercício: "Não se podia liberar o país e, daí a pouco, ter que voltar atrás. Era uma operação gradativa, lenta. Esse era mais ou menos o conceito que se tinha dentro das Forças Armadas" (D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 260). Segundo Geisel: "Toda vez que a oposição, nos seus discursos, nos seus pronunciamentos, fazia declarações ou reivindicava posições extremadas e investia contra as Forças Armadas, evidentemente, vinha a reação do outro lado, e assim se criavam para mim grandes dificuldades" (D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 377).

Eli Diniz afirma que a estratégia do governo era uma consequência de várias pressões e resistências.

> O processo de abertura, [...]extrapolando as intenções da elite governamental, sofreria o impacto permanente do conjunto das forças sociais e

> políticas. Daí a não-linearidade de sua evolução, marcada por avanços e recuos, por movimentos contraditórios e oscilações nem sempre previsíveis. (DINIZ, 1985, p. 334)

O processo de aberturado regime, dessa forma, dependia de inúmeros fatores. Sua centralização combinava-se com o desenvolvimento de uma ampla área de contato que permitia a percepção e o diálogo com os movimentos da oposição, da linha dura, dos diversos setores da sociedade civil.

Essa nova área de contato permitiu a intervenção do empresariado nacional, das camadas médias e dos trabalhadores no jogo político (CODATO, 2005, p. 94). Em síntese, esse processo significou a incorporação de novos sujeitos políticos no debate público, mas sob o controle constante do governo.

A abertura como clima

Bresser-Pereira (1983) argumenta que a centralidade do termo "abertura" para pensar o período de transição foi uma vitória discursiva do governo. O termo venceu o de "democratização". Segundo Bresser-Pereira, abertura tinha a vantagem, para o governo, de evocar o controle do processo de transição, de cima para baixo. Como diz Danielle Forget: "É o governo, enfim, que oferece, decide e controla a abertura" (FORGET, 1994, p. 104). A imagem de abertura parece então servir para não somente representar, mas efetivamente incentivar e indicar uma forma centralizada de processo de transição.

O termo não foi o único a ter relevância para a disputa sobre o processo de transição. Outro termo foi usado com bastante frequência e, muitas vezes, compondo uma expressão com aquele: "clima". Na primeira reunião ministerial, o recém-empossado presidente Geisel expressa a ideia de criar um novo clima:

> O governo realizará sinceros esforços para o gradual, mas seguro, aperfeiçoamento democrático, ampliando o diálogo honesto e mutuamente respeitoso e estimulando maior participação das elites responsáveis e do povo em geral para a criação de um **clima** salutar de consenso básico e a institucionalização acabada dos princípios da Revolução de 1964. (AS GRANDES, 1974 – grifo nosso).

Este clima será reivindicado inúmeras vezes pelos representantes do governo, tanto para indicar uma mudança na forma de tratar com repre-

sentantes de setores da sociedade civil quanto para cobrar desses mesmos representantes que moderem suas atitudes. Em março de 1974, por exemplo, Petrônio Portela, presidente do partido Aliança Renovadora Nacional (Arena), argumenta que haveria um novo ambiente político e uma mudança de estilo entre o governo Médici e o de Geisel no que se refere à relação com os políticos (PETRÔNIO, 1974). De 1974 a 1985, encontramos 277 ocorrências da expressão "clima de abertura" somando os três jornais, "O Globo" (97 ocorrências), "O Estado de São Paulo" (68 ocorrências) e "Folha de S. Paulo" (112 ocorrências).

O desafio eleito pelo governo de realizar um processo centralizado de transição – balizando-se na certeza, dada pelas derrotas políticas de 1974, de que seria necessário pensar o fim do regime ditatorial; no medo de a oposição ocupar esse espaço de poder; e na necessidade de segurar a extrema-direita militar dentro do exército – fez do "clima" um termo relevante nos discursos políticos. A ideia de constituição de um clima, para o governo, seria menos um incentivo ao processo de democratização e mais a criação de um espaço de educação afetiva com o objetivo de que, ao final da transição, a considerada radicalidade dos movimentos sociais e partidos políticos se reduzisse. O longo processo de abertura, fortemente controlado, teria como meio de realização uma alteração climática.

Dessa maneira, o clima de abertura seria o campo no qual a luta política deveria ocorrer. Ao estabelecer essa condição, o governo pretendia excluir do terreno da legitimidade saídas por rupturas (de esquerda) e também propostas que mantinham a perspectiva das restrições dos direitos políticos justificadas por uma ameaça comunista (a extrema-direita militar); ao mesmo tempo, propunha uma gramática política que abria o terreno para diálogos com movimentos sociais, sindicatos, empresariado, etc., desde que realizado sob extremo controle e tutela do governo.

Dentro dos estudos sobre a abertura política, a ideia de "clima de abertura" não tem sido problematizada, ou seja, não se tem questionado por que essa expressão foi relevante e constantemente evocada naquele período. Seria necessário, ao nosso ver, considerar o que se mobiliza quando se evoca a ideia de clima. Esse aspecto não nos parece lateral, especialmente, se considerarmos os estudos que tomam o clima como um conceito da pesquisa dos processos sociais.

O conceito de clima

O clima já é objeto de estudo desde o meio do século passado especialmente na Psicologia social, chamado, principalmente, de clima organizacional ou clima social. Em geral, foi usado para pensar como o ambiente de certa instituição influenciava no comportamento dos indivíduos. Destaca-se o pioneiro experimento social de Kurt Lewin, Ronald Lippitt e Ralph White (1939). Os psicólogos buscaram avaliar como três tipos de lideranças (autoritária, democrática e libertária) impactavam o comportamento de jovens dirigidos por essas lideranças e, assim, constituíam "climas sociais" distintos em cada grupo.

Mais recentemente, surgiram estudos que buscaram pensar o clima em contextos mais amplos, como o clima nacional. Joseph de Rivera (1992) cunhou o conceito de *clima emocional* para tratar de um clima não ligado a um grupo ou ambiente específico. Susan Conejero e Itziar Etxebarria, ao tratarem do ambiente após o atentado de Madrid de 2011, usam o conceito de clima emocional para se "referir ao conjunto de emoções percebidas na sociedade que são relevantes para sua situação sociopolítica"[2] (CONEJERO; ETXEBARRIA, 2007, p. 274). Tais climas são "socialmente construídos e percebidos pelos indivíduos, são objetivos no sentido de que são percebidos como existentes para além dos sentimentos pessoais dos indivíduos. Eles refletem a maneira que os indivíduos pensam como a maioria dos outros estão sentindo na atual situação do grupo"[3] (DE RIVERA, 2007, p. 234).

Nos Estudos Culturais, há também um acúmulo de pesquisas, conquanto mais recentes, que, ao se dedicar ao conceito de *mood*, nos ajuda a compreender as dinâmicas climáticas[4]. Podemos traduzir o termo *mood* por "humores" ou "clima", pois evoca um processo duplo subjetivo e objetivo, externo e interno de sintonização: diz respeito tanto ao sentimento, à disposição interna,

2 Tradução de "Emotional climate refers to the set of emotions perceived in society that are relevant to its sociopolitical situation".

3 Tradução de "Although such climates are socially constructed and perceived by individuals, they are objective in the sense that they are perceived as existing apart from an individual's personal feelings. They reflect how individuals think the majority of others are feeling in the group's current situation".

4 As principais discussões sobre o conceito datam dos últimos dez anos e estão, fundamentalmente, centradas no trabalho de pesquisa realizado nas universidades de países anglófonos, especialmente na Inglaterra e nos EUA. Em 2012 e 2014, foram publicados dois dossiês sobre o tema em revistas especializadas (respectivamente na *New Literary History*, organizado por Rita Felski e Susan Fraiman, e na *New Formations*, organizado por Ben Highmore e Jenny Bourne Taylor).

quanto a algo que parece estar no ar, na atmosfera. A expressão "*I'm not in the mood*" sugere isso. Em português, dizemos "Não estou no clima". *Mood* seria, assim sendo, ao mesmo tempo, nosso humor e o clima em que nos colocamos.

Os estudos de *mood* geralmente partem do conceito alemão de *Stimmung* como seu correlato e muitos se apoiam na acepção e no uso desse conceito pelo filósofo Martin Heidegger. *Stimmung* traz a ideia de afinação musical. Em inglês, o termo foi recorrentemente traduzido por *mood* e *attunement*; em português, também há uma oscilação entre humor e afinação, mas podendo ser traduzido também por atmosfera (INWOOD, 2002, p. 93). Para Hans Ulrich Gumbrecht (2015), em inglês, pode-se traduzir o conceito tanto por *mood* quanto por *climate*, sendo que cada um realçaria mais um aspecto: *mood* mais interno e subjetivo e *climate* mais externo e objetivo. No entanto, o termo *mood*, ao nosso ver, já traria essa ambiguidade como expressa bem Freiman e Felski:

> Nosso humor/*mood* parece mais amplo do que somos, sua localização é difícil de determinar ou fixar. Nosso humor cinzento aborrece a todos; uma sensação de alegria banha tudo com uma luz rosa. No entanto, pensamos em nós como estando num certo estado de ânimo (e não o contrário); estamos envolvidos ou tomados por um clima. *Mood* é um sentimento de eu-e-mundo juntos[5]. (2012, p. vii)

As autoras continuam: "*Moods*, então, são frequentemente compartilhados, coletivos e sociais, dão forma à nossa experiência de estar com os outros"[6] (2012, p. vii). Isso é realçado por Jonathan Flatley: "Nós nos encontramos em *moods* que já foram habitados por outros, que já foram moldados e postos em circulação, e que já nos circundam"[7]. (2008, p. 5). Os aspectos coletivos do *mood* são bem próximos do conceito de "clima social". Destarte, ao nosso ver, podemos trabalhar o conceito de "clima social" a partir dessas contribuições sobre *mood*.

Os estudos de *mood,* como aponta Ben Highmore (2013),fazem parte da crescente atenção, nas ciências humanas, às questões sobre emoções, sentimentos e afetos, aquilo que ficou conhecido como "virada afetiva" (CLOU-

5 Tradução de: "Our mood often seems larger than we are, its location difficult to ascertain or pin down. The greyness of our mood dulls the whole world; a sense of elation bathes everything in a rosy light. Yet we think of ourselves as being in a mood (and not the other way around); we are enveloped or assailed by a mood. Mood is a feeling of I-and-world together".

6 Tradução de: "Moods, then, are often shared, collective, and social, shaping our experience of being with others".

7 Tradução de: "We find ourselves in moods that have already been inhabited by others, that have already been shaped or put into circulation, and that are already there around us."

GH, 2008). Para Patricia Clough, a virada afetiva representou uma ruptura com o pós-estruturalismo. Ainda que compartilhe com este a crítica à centralidade do sujeito, afasta-se ao focar nos aspectos corpóreos e materiais em geral (2008, p.1). Fortemente influenciados pelas leituras contemporâneas da teoria de Espinosa, os estudiosos do afeto têm se dedicado a compreender os processos sociais no seu aspecto extralinguístico e não conscientes – o "*in-between-ness*" (SEIGWORTH, 2010, p. 1), ou o "*excluded middle*" (MASSUMI, 2002, p. 32).

Ao trazermos para o estudo dos processos políticos o foco sobre esses aspectos afetivos, é possível problematizar e desnaturalizar a ideia de que simplesmente se vivia um "clima de abertura". O clima não é apenas uma consequência de um estado de coisas, mas é alvo de ações bem como é modulador de práticas. A ideia de sintonização que está na formulação alemã é chave para nosso estudo. Quando se age sobre o clima de um ambiente, de uma situação social, age-se sobre a referência afetiva da prática dos sujeitos. Toda prática social está já imbuída em um clima que é social, é a sintonização dos sujeitos ao clima que os faz interessados e interessantes no mundo. Nesse sentido, o conceito de clima explora um aspecto que não está evidente nos estudos sobre discurso, a saber, as condições afetivas ambientais (a sintonização) que permitem um sujeito agir numa certa situação social. Por essa razão, afirmamos que a disputa pelo clima de um debate público é um aspecto relevante na compreensão dos conflitos políticos, pois é por meio dela que se configura o que é ou não audível.

O foco no clima também sugere a relevância dos instrumentos de ambientação social, ou seja, instituições, mecanismos, aparelhos que atuam na configuração social do clima. Nesse sentido, a conexão com o conceito de "estrutura de sentimentos" de Raymond Williams ajuda a compreender a centralidade da cultura na disputa sobre como sentir e seu aspecto intrinsecamente político[8].

8 A aproximação entre o conceito de mood e estruturas de sentimentos tem sido frequente. Vale ressaltar as semelhanças que se dão no caráter social das formas de sentir que apontam para uma relação específica entre cultura e política. Uma diferenciação entre os dois conceitos nos parece importante: estruturas de sentimentos estão geralmente ligadas a grupos e gerações, o "clima" aponta com mais facilidade para um estado afetivo mais básico de uma situação social, de forma que é possível pensar em certas situações sociais que têm um clima mas em que várias estruturas de sentimentos estão presentes (sobre essa diferenciação, ver Ben Anderson - 2014, p.164).

Considerando, deste modo, esses aspectos que envolvem o uso do termo "clima", podemos afirmar que as evocações de um novo clima, por parte do governo, estavam de acordo e eram ações relevantes para os objetivos do regime: o estabelecimento de uma sensação coletiva de que se estava em outro momento do regime, e, por isso, com uma nova gramática política que buscasse regular as ações e formas de agir da oposição, e, também, ir educando afetivamente o povo para um período mais democrático, mas com alto grau de controle social. O caráter etéreo e ao mesmo tempo afetivo constitutivo do clima tem afinidade essencial com essa política de abertura, de forma que a política de abertura era uma política climática em sua configuração mais fundamental.

Clima: controle e disputas

Argumentou-se aqui que o clima de abertura foi meio central para o processo de transição. Fundamentalmente, foi evocado, num primeiro momento, pelo governo para distensionar a oposição estimulando expectativas e,em seguida, pela oposição partidária e diversos setores da sociedade civil como forma de exigir medidas e políticas. O clima, nesse caso, foi usado como lastro de legitimidade dos discursos, seja para cobrar moderação da oposição, seja para se cobrar efetividade do governo.

O projeto da distensão, como processo centralizado, só funcionaria se fosse um processo de estímulo ao posicionamento e, ao mesmo tempo, de moderação e controle deste. Por vezes, o clima de abertura era visto como incentivador do próprio conflito. O jornal "Folha de S.Paulo", ao tratar da visita ao Congresso de Mario Henrique Simonsen, ministro da Fazenda, e Delfim Netto, ex-ministro da Fazenda, aponta para esse aspecto. Segundo o jornal, Delfim Neto deveria esperar "interrogadores já não tão dóceis como eram os parlamentares no tempo de sua gestão no Ministério da Fazenda. Há um novo clima de abertura política que exigirá dele habilidades nunca antes cobradas"(DELFIM, 1978). O ministro do Trabalho, Murilo Macedo, resumiu: "No clima de abertura, temos que aprender a conviver com a greve" (FRASES, 1979). Celito de Grandi, secretário de Relações do Trabalho do governo Figueiredo, declarou, ao ser questionado sobre a greve dos metalúrgicos de São Paulo que envolveu mais de 200 mil trabalhadores, que: "[...] as greves que têm ocorrido são consequência do clima de abertura política que vivemos.[...] E o fato de essa greve ser a mais expressiva numericamente - a

maior desde maio de 1964 - não é razão suficiente para mudarmos nossa posição."(A POSIÇÃO, 1978). Nesse último caso, observa-se que, além de ser apontado como um incentivador do conflito, o clima de abertura aparece como forma de dar lastro ao governo, justificando as turbulências como derivadas da própria ação governamental e não como demonstrações de debilidade ou fraqueza políticas.

No entanto, para os representantes do governo, estar no clima da abertura significaria também uma moderação nas atitudes da oposição. O deputado da Arena Dib Cheren, em tribuna, afirmou que "o maior obstáculo à distensão continua sendo o radicalismo de muitos, o espírito contestatório de alguns e a intransigência de outros" (ARENISTAS, 1977). Segundo a reportagem, Cheren "[admitiu], entretanto, que, malgrado a posição radical de certos setores marginais do MDB, o clima de abertura persiste e as tentativas de diálogo continuam [...]" (ARENISTAS, 1977). A posição está em consonância com a visão de Geisel, de que atitudes mais radicais da oposição poderiam atingir o processo de abertura já que alimentariam as alas radicais do exército.

A oposição política principal, o MDB, ficou num dilema: engajar-se na proposta de Geisel, entrar no clima, ou rejeitá-la denunciando sua pouca efetividade. O MDB, partido bastante heterogêneo, demorou para aderir a proposta e só o fez no momento em que o clima parecia ter esfriado. No início de 1979, o então senador Franco Montoro propôs a criação de um clima nacional pela abertura política, "para a concretização da almejada redemocratização" (MONTORO, 1979). A movimentação não foi de adesão total à proposta do governo, mas de cobrança. Como vimos acima, após algumas medidas que apontaram para uma maior institucionalização, liberdade de imprensa e criação de canais de diálogo com a sociedade civil, o governo apresentou medidas que retrocederam na ideia de abertura, como a eleição indireta para um terço do Senado em 1978. Montoro, ao reivindicar a criação de um clima, está, primeiramente, acusando o governo de o ter aniquilado, mas também está aceitando os termos e, portanto, o caminho proposto pelo governo. Sua crítica não se refere à abertura como uma política climática, mas à pouca efetividade das ações pela abertura.

Essa reivindicação do clima de abertura realizada por Montoro foi a tônica de boa parte dos críticos do governo. O sucesso em estabelecer o clima é demonstrado pelo fato de a parte principal da crítica ao governo ocorrer a

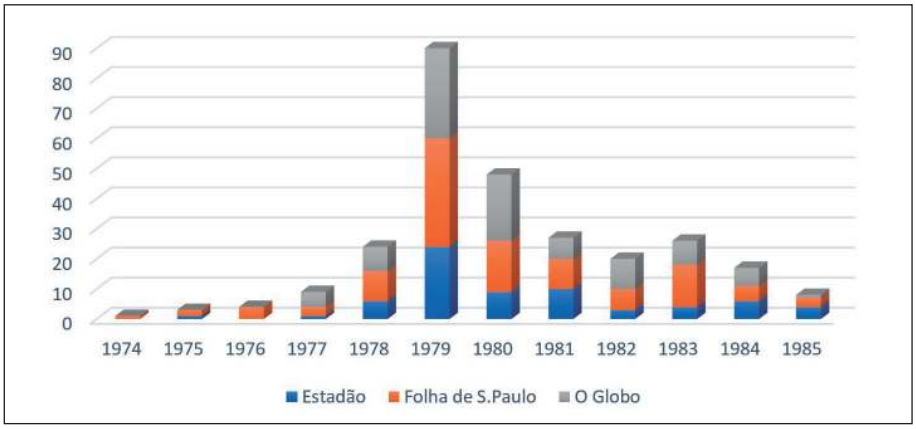
partir da ideia de que não se estava abrindo o suficiente. Podemos observar esse argumento em diversas esferas. Por exemplo, o então diretor do Departamento de Telecomunicações da TV Cultura, Paulo Roberto Leandro, afirmou que,mesmo sendo natural, "este clima de abertura que está chegando a todas as atividades tenha atingido também o telejornalismo". Até agora, "a abertura é mais um estado de espírito: o único dado concreto de que dispomos é que a censura formal acabou. A prática é que irá demonstrar o que é possível fazer" (TELEJORNALISMO, 1980). O mesmo sentido é visto na reportagem sobre a questão indígena: "O coronel Nobre da Veiga, até ser nomeado para a Presidência da Funai, era chefe de serviço de Segurança e Informação da Docegeo. Sua nomeação dá a clara impressão de que os povos indígenas ainda não foram atingidos pelo clima de abertura, e que estão em pleno regime ditatorial" (CIMI, 1979).

Curiosamente, foi a debilidade da abertura que fez com que o "clima de abertura" fosse amplamente reivindicado. O editorial da Folha de S.Paulo, de 13 de fevereiro de 1977, resume bem essa movimentação.

> Desde o início do governo Geisel, porém, o espírito distensionista tem-se irradiado por todo o tecido social. A imprensa, a Universidade, a Igreja (que de certa forma ajudaram a deflagrar o processo) foram sendo paulatinamente permeadas pela abertura política, e passaram a reproduzir, nessa mesma medida, a influência que sofriam.
> A melhor prova disso, tivemo-la há uma semana quando importantes segmentos do empresariado passaram a utilizar-se, também eles, do clima de abertura política para reivindicar seus interesses.
> Estimulada, por outro lado, pela pressão das dificuldades materiais ensejadas pela crise econômica, a distensão – ou, antes, seu espírito – foi-se passando para o âmbito da sociedade civil. (CREPÚSCULO, 1977)

Se olharmos para os números das ocorrências da expressão "clima de abertura" nos principais jornais (*Estadão, O Globo* e *Folha de S. Paulo*), é possível perceber como seu uso se intensifica exatamente nos anos de 1977 e 1978, o período em que o governo retrocede nas suas medidas de transição e abertura (especialmente pelo chamado Pacote de Abril, que, além da eleição indireta de um terço do Senado, estendeu o mandato presidencial de cinco para seis anos, reduziu de dois terços para a maioria absoluta o quórum para aprovação de alterações constitucionais, entre outras medidas).

Figura 1 - Gráfico das ocorrências de "clima de abertura".



Desde as primeiras medidas, em 1974 e 1975, o governo não apresentara nenhuma outra de impacto que pudesse demonstrar esforços ao processo de abertura. Em 1979, as evocações ao clima de abertura chegaram ao ápice por uma conjuntura bastante específica. A adesão à reivindicação de um clima de abertura pela oposição, frustrada com relação às poucas medidas governamentais, se somou ao novo fôlego do governo com a revogação do AI-5 em dezembro de 1978, pelo presidente Geisel, a chegada ao poder do novo presidente, Figueiredo, e a Lei da Anistia, que evocava em si a ideia de abertura com a ideia de abrir o país para os exilados. Dessa forma, o clima de abertura apareceu como um pressuposto amplamente compartilhado, seja para legitimar o governo, seja para legitimar reivindicações em campos variados.

Analisando as notícias e os textos jornalísticos de 1979, parecia haver consenso de que se vivia neste momento um clima de abertura, mesmo que não houvesse, longe disso, na verdade, consenso sobre o processo de abertura. Da sua evocação inicial pelo governo, acompanhada de algumas pequenas medidas legitimadoras, passando por sua forte contestação pelos retrocessos na abertura política nos anos seguintes, chega-se ao estabelecimento deste clima. Diferentemente do processo de abertura, que pode ser analisado por meio de medidas e ações, o estabelecimento do clima ocorre em outro nível da vida social. De forma que fracassos ou retrocessos na política de abertura não significaram recuo no estabelecimento do clima, ao contrário, podemos dizer que os questionamentos e as críticas ampliaram o escopo das evocações ao clima e, como um profeta, ao evocar, ia se tornando real.

Como vimos acima, parte das críticas ao governo se referia ao fato de o clima de abertura ter ficado restrito a certos campos, não chegando na questão indígena, por exemplo, ou na comunicação. Essas reivindicações levavam o próprio clima para essas áreas – indicando uma das características do clima, o contágio, o desprezo pelas fronteiras entre as esferas sociais. Nos jornais, as evocações iam se espalhando para outros cadernos. É o que podemos perceber nos jornais O Globo e Folha de São Paulo[9].

Figura 2 - Gráfico das ocorrências de "clima de abertura" em O Globo.

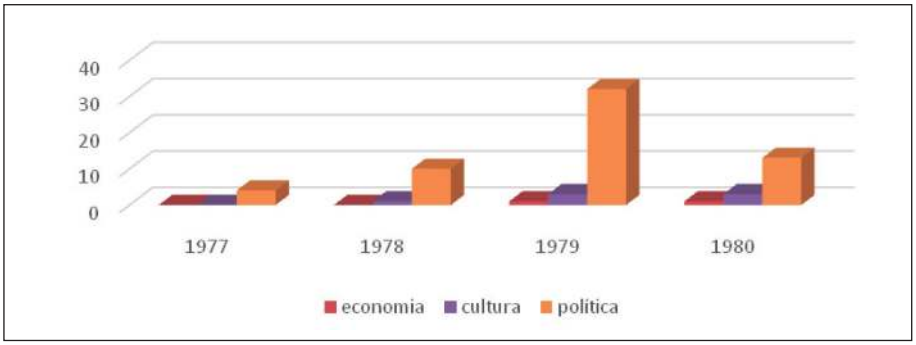
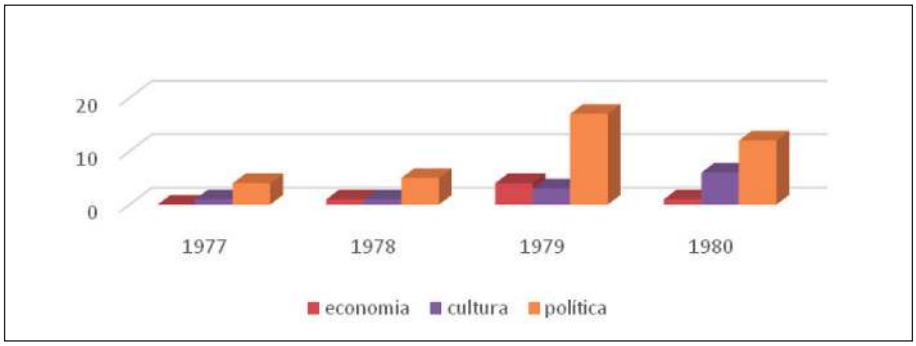


Figura 3 - Gráfico das ocorrências de "clima de abertura" em Folha de S. Paulo



Percebe-se que, nos assuntos de cultura, as ocorrências continuam crescendo, mesmo quando há redução na pauta política. Em 14 de dezembro de 1980, em reportagem sobre o crítico teatral Sábato Malgadi, afirma-se: "Para ele [Malgadi], o teatro não está sensibilizando o público porque a dra-

9 Optamos por esses dois jornais, pois O Estado de São Paulo não possuía uma divisão clara dos cadernos.

maturgia está cheia de metáforas e de contestações que já não têm sentido dentro de um clima de abertura que o Brasil vive" (METÁFORAS, 1980). No resumo diário de novelas, encontramos o seguinte sobre a novela "Memórias de amor": "O clima de abertura que envolve o país chegou à novela das seis. Tanto isso é verdade que o capítulo tratou, basicamente, de sexo". (MEMÓRIAS, 1979).

Em sua coluna, Artur da Távola elogiou os dois novos programas jornalísticos na televisão, "Canal Livre", na Bandeirantes e "Brasil-Debate", na Globo: "Louve-se o alto nível de ambos os debates e o invejável clima de abertura e franqueza nas perguntas e respostas em ambos os canais". (TÁVOLA, 1980).Em entrevista ao jornal O Globo, o músico Ruy Maurity foi perguntado: "O disco dá a impressão de que vocês estão mais à vontade, falando menos através de metáforas. O clima de abertura terá contribuído para isso?". Em resposta, afirmou: "Inconscientemente, influiu. Tivemos, anteriormente, poucos problemas com a Censura. Mas o eventual clima de liberdade relativa por ter influído numa descontração maior para compor, sobre isso não há dúvida" (CHRYSÓSTOMO, 1980).

Esses dois exemplos acima indicam um aspecto marcante do clima como fenômeno social. O clima é uma forma de sintonização coletiva, um ajuste coletivo de humores. Como estabeleceu Heiddeger ao tratar do conceito de *Stimmung*, existe a necessidade de sintonia do ser-aí e o mundo. O clima pode ser compreendido como essa frequência em que o sujeito se engaja, ou se vê nela e que é a disposição afetiva básica pela qual sente e age. As evocações nesses dois exemplos tratam dessa postura, da disposição existente no músico, nos entrevistadores e entrevistados que, mesmo que de aparência espontânea, vão dando um sentido de ambiência comum.

Figura 4 - Propaganda em O Globo, Rio de Janeiro. 27 de outubro de 1978. Rio. p. 15.



Considerações finais

No documento de 1973, Huntington postulou que uma das estratégias necessárias para a transição era criar uma base política em que as divergências fossem negociadas. Sugeriu o fortalecimento de um partido que pudesse servir de base de negociação entre setores da sociedade (usando o exemplo do PRI mexicano). Esse não foi o caminho seguido pelo governo brasileiro. Arena não teria a capacidade de se tornar um PRI, nem se tentou a criação de outro partido, como aventara Huntington. O caminho foi outro. Logo nos seus primeiros discursos como presidente, Geisel postulou um novo clima, de diálogo mais aberto. Este clima se constituiria como um espaço de negociação entre Arena e MDB e também de diálogo com lideranças da sociedade civil. Em certo sentido, a via pelo clima foi o complemento necessário para a transição da frágil institucionalidade partidária no Brasil.

As evocações, portanto, de um novo clima estavam direcionadas para as representações políticas e de setores, categorias e classes. Trata-se de um clima para negociações políticas, de identificação de demandas, formação de consensos. O clima, dessa forma, deveria ser usado para ajuste dos com-

portamentos políticos desses setores, abrir espaços a eles, aproximá-los para ganhar legitimidade e, ao mesmo tempo, adequá-los numa modulação que não assustasse os mais radicais no governo e nas Forças Armadas.

Dessa forma, o clima passou a ser um meio de legitimidade ou uma nova gramática política. Para ser ouvido, a fim de conseguir espaço, dever-se-ia evocá-lo. Passou a fazer parte do protocolo político. Há um caso curioso que mostra a extensão dessa gramática. Por terem participado de um protesto na visita do então governador de São Paulo, Paulo Maluf, à cidade de São Carlos, estudantes e professores foram intimados a prestarem depoimento na delegacia. A reportagem do Estado de São Paulo afirma que, "Depois de uma rápida identificação dos presentes, o delegado Heleodoro fez uma explanação sobre o clima de abertura que vive o país, dissertou sobre a função do Deops e iniciou a tomada de depoimentos dos estudantes, prometendo liberá-los às 2 horas" (DELEGADO, 1980).

Como meio de legitimidade, o clima tem suas especificidades. Pelas características, como vimos acima, enfocava aspectos sutis e, muitas vezes, imprecisos dos posicionamentos. Considerando um contexto ditatorial, como saber o que rompe ou não com o clima? O clima de abertura como meio de disputa se constituiu de forma bastante desigual. Era como se qualquer desatenção da oposição pudesse ser a gota d'água. Qual seria a modulação aceitável para o governo? Se a mesa de negociação tem como base um clima, passa a ser alvo da ação ditatorial não só os posicionamentos, mas aspectos sutis ou formais. Esse excesso de controle não era novo, ao contrário, já havia *expertise* acumulada nos quadros e nas instituições governamentais por causa das censuras aos meios de comunicação e às artes. Opiniões e julgamentos do que deveria ou não ser adequado, que comportamentos, que conteúdos televisivos, que recursos poéticos eram válidos ou não, tudo isso já estava no ambiente. A política de transição por via climática mobilizava esse tipo de controle para a formação lenta e gradual do debate político.

O clima como objeto da política, no entanto, não revela apenas a busca por um controle afetivo e educação dos sujeitos políticos com fins, nesse caso, de evitar o elemento imprevisível da democratização. De outro lado, pela disputa do processo político, o clima passa a ser arma da oposição para cobrar medidas de democratização. Foi o que se vê a partir de 1977. Passa à oposição a palavra de ordem por um clima de abertura, incluindo a adjetivação que clama por efetividade, concretude. Nesse processo, o vazamento

do clima para outros aspectos da vida se torna frequente. A demanda por um novo clima vai contagiando as pautas mais diversas. Dessa forma, o clima passou a ser constatado como algo que envolveria ou deveria envolver toda a vida social, o ar pelo qual respirávamos o país. As consequências políticas e sociais desse contágio merecem atenção. Se a abertura foi um processo controlado de transição, cabe perguntarmos o que o clima de abertura produziu socialmente.

Referências

ANDERSON, Ben (2014), *Encountering affect: capacities, apparatuses, conditions*. Burlington: Ashgate.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos(1983), "Os limites da 'abertura' e a sociedade civil". *Revista de Administração de Empresas*, v. 23, n.4, pp.05-14.

CLOUGH, Patricia(2008),"The Affective Turn Political Economy, Biomedia and Bodies". Theory, *Culture & Society*, v. 25, n.1, pp. 1–22.

CODATO, Adriano(2005), "Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia". *Rev. Sociologia e Política*, n. 25, pp. 83-106.

CONEJERO, Susan; ETXEBARRIA, Itziar (2007). "The Impact of the Madrid Bombing on Personal Emotions, Emotional Atmosphere and Emotional Climate". *Journal of Social Issues*, v. 63, n. 2, pp. 273-287.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (1997), *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.

DE RIVERA, Joseph(1992), "Emotional climate: Social structure and emotional dynamics". In: STRONGMAN, K. T. (org.), *International review of studies on emotion*, New York: John Wiley & Sons, pp.197–218.

DE RIVERA, Joseph; PAEZ, Darío (2007), "Emotional Climate, Human Security, and Cultures of Peace". *Journal of Social Issues*, v. 63, n. 2, pp. 233-253.

DINIZ, Eli(1985), "A transição política no Brasil: uma reavaliação da dinâmica da abertura". *Dados*, v. 28, n. 3, pp.329-346.

DUARTE, Celina (1983), "Imprensa e redemocratização no Brasil". *Dados*, v. 26, n. 2, pp. 181-195.

FELSKI, Rita; FRAIMAN, Susan (2012), "Introduction". *New Literary History*, v. 3, n. 43, pp. v-xii.

FLATLEY, Jonathan (2008), *Affective Mapping*: Melancholia and the Politics of Modernism. Cambridge: Harvard University Press.

FORGET, Danielle(1994). *Conquistas e resistências do poder*. São Paulo: EDUSP.

GUMBRECHT, Hans Ulrich (2015), *Atmosfera, ambiência, Stimmung*: sobre um potencial oculto da literatura. Rio de Janeiro: Contraponto Editora.

HIGHMORE, Ben (2013), "Feeling our way: mood and cultural studies". *Communication and Critical/Cultural Studies*. v. 10, n. 4, pp. 427-438.

HOEVELER, Rejane (2012), Samuel Huntington e a transição gradualista no Brasil (1972-1974). *Colóquio Internacional Colapso das Ditaduras: Sul da Europa, América Latina, Leste Europeu e África do Sul* – História e Memória, Rio de Janeiro, Brasil, 24 a 26 de outubro.

HUNTINGTON, Samuel(1973), *Abordagens da descompressão política*. Manuscrito disponível no Arquivo do CPDOC, Arquivo Paulo Nogueira Batista, Fundo Hebert José de Souza.

INWOOD, Michael (2002), *Dicionário Heidegger*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

LEMOS, Renato (2014), "A conexão Harvard e a política de descompressão: sobre as origens da transição política no Brasil pós-64". *Tempos Históricos*, v. 18, 2º sem., p. 559-590.

LEWIN, Kurt; LIPPITT, Ronald; WHITE, Ralph (1939), "Patterns of aggressive behavior in experimentally created 'social climates'". *Journal of Social Psychology*, n. 10, pp. 271-299.

MASSUMI, Brian (2002), *Parallels of virtual: movement, affect, sensation*. Durham: Duke Universtity Press.

RIBEIRO, Santuza; BOTELHO, Isaura(2005), "A televisão e o poder autoritário". In: NOVAES, A. (org.). *Anos 70: ainda sobre a tempestade.* Rio de Janeiro: Aeroplano; Senac Rio, pp. 473-477.

SCHWARTZMAN, Simon (1969), "Desenvolvimento e abertura política" *Dados,* n. 6, pp. 24-56.

SEIGWORTH, Greg (2003), "Fashioning a stave, or, singing life". In: SLACK, J. D. (org.). *Animations of Deleuze and Guattari*, New York: Peter Lang, pp. 75-105.

Fontes:

A POSIÇÃO do governo. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 31 de outubro de 1978, p.32.

ARENISTA: Radicais do MDB impedem distensão. *O Glob***o**, Rio de Janeiro, 17 de Setembro de 1977, O País, p.6.

AS GRANDES metas do governo Geisel. *O Globo*, Rio de Janeiro. 20 de março de 1974, Capa, p.1.

AS GRANDES metas do governo Geisel. *O Globo*. Rio de Janeiro, 20 de março de 1974. Capa, p.1.

CHRYSOSTOMO, A. "'Natureza', o sertão urbanizado na música de Ruy Maurity". *O Globo*, Rio de Janeiro. 15 de maio de 1980, p. 35.

CIMI faz crítica à nomeação na Funai. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 02 de novembro de 1979, p. 9.

COSTA expõe diretrizes do governo ao Ministério. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 17 de março de 1967. Primeiro caderno, p. 6.

CREPÚSCULO e alvorada. *Folha de S. Paulo.* São Paulo, 13 de fevereiro de 1977. Primeiro caderno, p. 2.

DELEGADO detém os estudantes. *O Estado de S. Paulo.* São Paulo, 25 de março de 1980. p. 2.

DELFIM e Simonsen irão depor na CPI dos salários. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 27 de agosto de 1978. Primeiro caderno, p. 47.

FRASES. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 30 de abril de 1979. Primeiro caderno, p. 2.

MÉDICI define os objetivos prioritários do governo. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 11 de março de 1970. Primeiro caderno, p. 3.

MEMÓRIAS de amor. *Folha de S. Paulo.* São Paulo. 19 de abril de 1979. Ilustrada, p. 48.

METÁFORAS e contestações, coisas de um teatro chato. *Folha de S. Paulo*, São Paulo. 14 de dezembro de 1980. Folhetim, p.9.

MONTORO quer criar clima para abertura. *O Estado de S. Paulo.* São Paulo, 07 de fevereiro de 1979, p. 4.

PETRÔNIO: A democracia está sendo consolidada. *O Globo*. Rio de Janeiro, 01 de março de 1974. O País, p. 3.

TÁVOLA, Arthur. "E de repente o Brasil também virou protagonista na televisão". *O Globo,* Rio de Janeiro. 19 de agosto de 1980, p. 36.

TELEJORNALISMO, anos 80: terminou a censura, mas nem tudo está no vídeo. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 03 de fevereiro de 1980, p.37.

Submetido em 22 de outubro de 2019
Aprovado em 17 de dezembro de 2019

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0